



PARLAMENTO EUROPEU

2009 - 2014

Documento de sessão

22.11.2010

B7-0626/2010

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

apresentada na sequência de uma declaração do Conselho e da Comissão

nos termos do n.º 2 do artigo 110.º do Regimento

sobre o décimo aniversário da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre as mulheres, a paz e a segurança

Norica Nicolai, Marielle De Sarnez
em nome do Grupo ALDE

RE\840490PT.doc

PE450.462v01-00

PT

Unida na diversidade

PT

Resolução do Parlamento Europeu sobre o décimo aniversário da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre as mulheres, a paz e a segurança

O Parlamento Europeu,

- Tendo em conta as Resoluções 1325 (2000) e 1820 (2008) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sobre as mulheres, a paz e a segurança, e a Resolução 1888 (2009) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, sobre a violência sexual contra as mulheres e crianças em situações de conflitos armados, que acentua a responsabilidade que incumbe a todos os Estados de pôr fim à impunidade e processar os responsáveis por crimes contra a humanidade e crimes de guerra, incluindo os relativos a actos de violência sexual e outros contra mulheres e raparigas,
- Tendo em conta o Plano de Acção do Conselho da UE sobre a Igualdade dos Géneros na Cooperação para o Desenvolvimento, que deverá garantir a integração da dimensão do género em todas as actividades desenvolvidas entre a UE e países parceiros, a todos os níveis,
- Tendo em conta a nomeação, em Março de 2010, de um representante especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a violência sexual em conflitos armados,
- Tendo em conta o documento do Conselho "Abordagem global da implementação da RCSNU 1325 e da RCSNU 1820" e o documento operacional de implementação da RCSNU 1325, reforçada pela RCSNU 1820 no contexto da PESD, ambos adoptados em Dezembro de 2008, bem como o documento do Conselho sobre a integração dos direitos humanos na PESD, de Setembro de 2006,
- Tendo em conta as Directrizes da UE relativas à violência e discriminação contra as mulheres e das Directrizes da UE sobre a utilização de crianças em conflitos armados,
- Tendo em conta a sua resolução de 2009 sobre a integração da dimensão de género nas relações externas da UE e na consolidação da paz/construção do Estado,
- Tendo em conta a sua resolução, de 2006, sobre a situação das mulheres nos conflitos armados e o seu papel na reconstrução e no processo democrático nos países em situação pós-conflito,
- Tendo em conta a sua resolução, de 2006, sobre as mulheres na política,
- Tendo em conta o plano de acção de 2007 sobre a integração da dimensão do género, Subcomissão SEDE do PE,
- Tendo em conta a sua resolução de 7 de Outubro de 2010 sobre as lacunas nos domínios da protecção dos Direitos Humanos e da Justiça na República Democrática do Congo,
- Tendo em conta a nova entidade da ONU dedicada às questões de género (ONU

Mulheres),

- Tendo em conta o n.º 2 do artigo 110.º do seu Regimento,
- A. Considerando que em 2010 se comemora o décimo aniversário da Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, a primeira resolução a abordar o impacto desproporcionado e único dos conflitos armados nas mulheres e a estabelecer uma ligação entre as experiências de conflito das mulheres e a manutenção da paz e da segurança internacionais, cobrindo os domínios temáticos relacionados da participação, protecção, prevenção, tratamento e recuperação,
- B. Considerando que o Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres se celebra em 25 de Novembro,
- C. Considerando que as resoluções 1820, 1888 e 1889 do Conselho de Segurança reforçam e complementam a resolução 1325 e que as quatro resoluções devem ser consideradas o conjunto de compromissos sobre as Mulheres, a Paz e a Segurança,
- D. Considerando que a implementação desses compromissos é uma preocupação e uma responsabilidade comum de cada Estado-Membro da ONU, salientando, a este respeito, a aprovação em Dezembro de 2008 das Directrizes da UE relativas à violência contra as mulheres e as Directrizes da UE sobre a utilização de crianças em conflitos armados e a luta contra todas as formas de discriminação de que são alvo, que representam um forte sinal político de que estas são questões prioritárias para a União,
- E. Considerando que os instrumentos financeiros externos da UE deveriam dar prioridade à aplicação das resoluções 1820 e 1325 tendo em vista um apoio adequado das organizações da sociedade civil que operam em conflitos armados e em países e regiões afectadas por conflitos,
- F. Considerando que o Parlamento Europeu deverá observar a implementação do Plano de Acção da UE em matéria de igualdade de género e de reforço do papel das mulheres no domínio da acção externa da UE, bem como a implementação das directrizes sobre a violência contra mulheres e crianças,
- G. Considerando que a perspectiva do género nas missões civis e militares reforça consideravelmente a sua eficácia operacional e que, neste contexto, a UE pode ser portadora de valor acrescentado enquanto interveniente positivo na resposta à problemática das mulheres nos conflitos armados;
- H. Considerando que a UE deve permitir a participação equitativa das mulheres na prevenção de conflitos, na gestão de crises, nas negociações de paz e nas fases pós-conflito, como o planeamento da reconstrução pós-guerra,
- I. Considerando que, quando parte de uma prática generalizada e sistemática, a violação e a escravidão sexuais são consideradas, ao abrigo da Convenção de Genebra, crimes contra a humanidade e crimes de guerra; considerando que a violação é também reconhecida actualmente como um elemento do crime de genocídio, quando cometida com a intenção de destruir, no todo ou em parte, um grupo-alvo; considerando que a UE deve apoiar os

esforços tendentes a pôr termo à impunidade dos autores de violência sexual contra mulheres e crianças,

- J. Considerando que a criação do Serviço Europeu para a Acção Externa (SEAE) deverá contribuir de forma significativa para promover a implementação das resoluções 1325 e 1820 do CSNU no que respeita, quer à sua estrutura interna, quer às acções e políticas externas,
 - K. Considerando que a UE adoptou importantes documentos sobre a forma de aplicar as resoluções 1820 e 1325 do CSNU, evidenciado, porém, um interesse circunscrito em pôr em prática estas directrizes de forma sistemática e coerente,
 - L. Considerando que apenas uma minoria de Estados-Membros da UE elaborou um plano de acção nacional com vista à implementação da Resolução 1325 do CSNU; que a Áustria, a Bélgica, a Dinamarca, a Finlândia, os Países Baixos, Portugal, a Espanha, a Suécia e o Reino Unido adoptaram planos de acções nacionais,
1. Salienta que o décimo aniversário da Resolução 1325 do Conselho de Segurança deve marcar o início de uma agenda revigorada para sua implementação que não pode ser promovida sem uma liderança política ao mais alto nível e maiores recursos; recomenda que esta questão seja devidamente abordada na revisão em curso da política da UE em matéria de direitos humanos, aquando da elaboração de uma estratégia nacional abrangente para os direitos humanos e da avaliação das Directrizes da UE relativas à violência contra as mulheres, das Directrizes da UE sobre a utilização de crianças em conflitos armados e da luta contra todas as formas de discriminação de que são alvo;
 2. Solicita a atribuição de recursos financeiros, humanos e organizacionais específicos e significativos com vista à participação das mulheres e à integração das questões de género no domínio da política externa e de segurança; solicita que sejam logrados os objectivos de plena igualdade de género em missões de polícia, militares, de justiça e do Estado de direito e em operações de manutenção da paz; insta os Estados-Membros da UE a promoverem activamente a participação das mulheres nas relações bilaterais e multilaterais com os países e organizações que não pertencem à UE;
 3. Encoraja vivamente a AR/VP a reforçar também o grupo de trabalho da UE sobre as mulheres, a paz e a segurança, o qual deve realizar uma revisão interpares da adopção e execução dos planos de acção nacionais sobre as resoluções 1325 e 1820 do CSNU, realizar análises sistemáticas da perspectiva de género nas missões da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD) e acompanhar e aconselhar as delegações da UE em países e regiões afectadas por conflitos;
 4. Considera que a criação do Serviço Europeu para a Acção Externa (SEAE) constitui uma oportunidade única para reforçar o papel da UE no que diz respeito à implementação das resoluções 1820 e 1325 do CSNU;
 5. Exorta, por conseguinte, a AR/VP a dar provas de uma abordagem que vá além da prática da integração da igualdade de género, realizando compromissos de grande visibilidade em relação a recursos humanos, recursos financeiros e hierarquia organizativa;

6. Regozija-se com a série de eventos como sejam jornadas de portas abertas, recepções e outras formas de eventos públicos organizados por pelo menos três missões PCSD, nomeadamente EUPM, EULEX e EUMM, a fim de comemorar o décimo aniversário da resolução 1325; saúda o ímpeto conferido pela Capacidade Civil de Planeamento e Execução (CPCC) para este efeito; recorda que as missões PCSD constituem uma das ferramentas mais importantes de que a UE dispõe para mostrar o seu apego em relação aos objectivos consagrados nas resoluções 1820 e 1325 em países e regiões afectadas por crises;
7. Insta a AR/VP e os Estados-Membros a incluírem referências às resoluções 1820 e 1325 do CSNU em decisões do Conselho relacionadas com a PCSD e em todos os mandatos de missões da Política Comum de Segurança e Defesa e a garantirem que todas as missões PCSD disponham pelo menos de um assessor para as questões de género e de um Plano de Acção sobre as modalidades de implementação dos objectivos das resoluções 1325 e 1820; insta a AR/VP, os Estados-Membros da UE e os Chefes de Missão a fazerem da cooperação e da consulta com as organizações locais de mulheres a norma de cada missão;
8. Solicita a criação de procedimentos adequados de queixa pública destinados a facilitar, em particular, os relatos de violência sexual e de violência com base no género; convida a AR/VP incluir um relatório detalhado sobre as mulheres, a paz e a segurança na avaliação semestral das missões PCSD;
9. Recorda que, de 30 de Julho a 4 de Agosto, foi perpetrada uma violação colectiva na região mineira situada no Leste do Congo, que foram assinaladas pelo menos 8 300 violações no ano passado no Leste do Congo e que, pelo menos, 1 244 mulheres foram dadas como tendo sido violadas no primeiro trimestre de 2010, o que perfaz uma média de 14 violações por dia; exorta as missões da UE na República Democrática do Congo, a EUPOL RD Congo e a EUSEC RD Congo, a fazerem da luta contra a violência sexual e da participação das mulheres uma das suas prioridades no contexto do esforço de reforma do sector de segurança do Congo;
10. Salienta que é importante que a UE afecte mais polícias e soldados do sexo feminino às missões PCSD; considera que o contingente de mulheres-polícias na força de manutenção da paz da ONU na Libéria poderia ser usado como um modelo;
11. Salienta a necessidade de estabelecer um código de conduta para o pessoal da UE nas missões militares e civis que condene a exploração sexual como um comportamento criminoso;
12. Solicita a implementação das resoluções 1325 e 1820 do CSNU nos documentos de estratégia por país da UE e a mobilização de mais apoios financeiros para a participação das mulheres de países atingidos por conflitos em processos europeus; solicita à AR/VP e aos Comissários para o Desenvolvimento, o Alargamento e a Ajuda Humanitária que façam dos aspectos relacionados com as mulheres, a paz e a segurança parte integrante do planeamento e programação dos instrumentos financeiros externos, tais como a IEDDH, IPI, o IPA, mas especialmente ICD e IE;
13. Salienta que a Comissão Europeia deverá facilitar o acesso de ONG mais pequenas aos

subsídios do Instrumento Europeu para a Democracia e os Direitos Humanos (IEDDH); recorda que actualmente muitas pequenas organizações de mulheres sentem dificuldades no contexto do complexo procedimento de candidatura;

14. Convida o Comissário para o desenvolvimento a dar prioridade ao apoio ao trabalho das organizações de mulheres em áreas atingidas por conflitos; e insta a AR/VP a utilizar a componente de longo prazo do Instrumento de Estabilidade (IE) para atribuir financiamento de apoio à participação das mulheres em processos relacionados com a paz, a segurança e a reconciliação e a destinar sistematicamente verbas para as mulheres, a paz e a segurança em todas as medidas de curto prazo financiadas ao abrigo do art. 3.º do Instrumento de Estabilidade;
15. Considera que as delegações da UE devem informar as organizações da sociedade civil, como as organizações locais de mulheres, sobre o seu envolvimento em regiões de conflito e consultar as organizações da sociedade civil no processo de planeamento das políticas;
16. Solicita o reforço da participação das mulheres em iniciativas destinadas a encontrar soluções para conflitos, incluindo a nível da mediação, da negociação e da aplicação de medidas de resolução de conflitos;
17. Convida AR/VP a lançar um evento anual com mulheres em posição de liderança e que poderá complementar a Jornada Mundial de Portas Abertas da ONU para as Mulheres e a Paz, seguida por relatórios e um acompanhamento das delegações da UE;
18. Realça a necessidade de elaborar planos de acção nacionais que forneçam informações detalhadas sobre o calendário da estratégia nacional, fixem objectivos realistas, desenvolvam mecanismos de supervisão e encorajem a participação de mulheres em mecanismos de controlo, avaliação e supervisão;
19. Encarrega o seu Presidente de transmitir a presente resolução ao Conselho, à Comissão, à Vice-Presidente da Comissão/Alta Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, aos governos e parlamentos dos Estados-Membros, ao Representante Especial das Nações Unidas para a violência sexual e os conflitos armados e à recém-nomeada Directora da entidade da ONU dedicada às questões de género (ONU Mulheres).